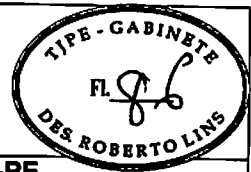




TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0331384-0 – Vara Criminal da Comarca de Arcoverde-PE

Impetrante: Márcia Rejane Araújo Sá
Paciente: Lourival da Silva Santos
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procuradora: Andrea Karla Maranhão Conde Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06. ALEGAÇÃO DE QUE O AGENTE É USUÁRIO DE DROGAS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. PROVIDÊNCIA INCABÍVEL EM SEDE DE *HABEAS CORPUS*. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO ACOLHIMENTO. DECRETO PRISIONAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NATUREZA DA DROGA. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS INSUFICIENTES PARA ENSEJAR A REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. SÚMULA 86, TJPE. *MANDAMUS* PARCIALMENTE CONHECIDO E DENEGADO.

1. Saliento que a matéria atinente à natureza do delito praticado, conforme levantado pelo impetrante, ao referir-se à condição de usuário do paciente, demanda o reexame de fatos e provas, providência incabível em sede de *habeas corpus*, por se tratar de instrumento destinado à proteção de direito demonstrável de plano, que não admite dilação probatória, pelo que deixo de conhecer do presente *writ* no que concerne àquele pedido.

2. O decreto preventivo aponta de maneira concreta a necessidade de garantir a ordem pública, ante a periculosidade do agente, levando em consideração a natureza da droga apreendida (maconha).

3. As circunstâncias pessoais favoráveis ao réu não possuem o condão de, por si só, revogar a prisão preventiva, na hipótese de haver nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da medida extrema.

4. Súmula 86, TJPE.

5. *Mandamus* parcialmente conhecido e denegado. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n.º 0331384-0 – Vara Criminal da Comarca de Arcoverde-PE, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, em conhecer



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

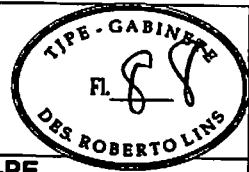


Habeas Corpus n.º 0331384-0 – Vara Criminal da Comarca de Arcoverde-PE

parcialmente e denegar a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 10, 106, 14 .

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado



Habeas Corpus n.º 0331384-0 – Vara Criminal da Comarca de Arcoverde-PE

Impetrante: Márcia Rejane Araújo Sá
Paciente: Louryval da Silva Santos
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procuradora: Andrea Karla Maranhão Conde Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por Márcia Rejane Araújo de Sá, através da preambular de fls. 02/16, em favor de Louryval da Silva Santos, apontando como autoridade coatora a Juíza da Vara Criminal da Comarca de Arcoverde- PE

Aduz a impetrante que o paciente encontra-se preso desde 04/10/2013, em razão de ter, alegadamente, praticado o delito tipificado no artigo 33 da Lei 11.343/06.

Argumenta que o paciente é usuário de drogas e a autoridade coatora utilizou-se de ilações abstratas para fundamentar o decreto preventivo.

Assevera, ainda, que as condições pessoais do paciente lhe são favoráveis.

Pede, ao final, a concessão da ordem, com a revogação da prisão preventiva do paciente e a consequente expedição de alvará de soltura em favor deste.

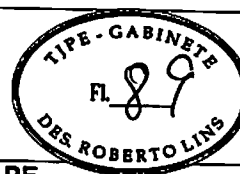
Indeferido o pleito de liminar (fl. 63), a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 69/74, clarificando que a audiência de instrução ocorrerá no dia 11/06/2014, e juntou ao processo cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal ofertou o parecer de fls. 79/82, opinando no sentido da concessão da ordem, com sujeição do paciente às medidas cautelares descritas no artigo 319 do CPP, inclusive, em sendo o caso, a monitoração eletrônica, por entender que o decreto preventivo deteve-se apenas na gravidade abstrata do crime, além de possuir o paciente condições pessoais favoráveis.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0331384-0 – Vara Criminal da Comarca de Arcoverde-PE

Impetrante: Márcia Rejane Araújo Sá
Paciente: Lourival da Silva Santos
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procuradora: Andrea Karla Maranhão Conde Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO

Senhores Desembargadores,
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

Anuncio, de prelúdio, e sem maiores digressões, que o presente *writ* está a merecer o desfecho da denegação, pelas razões adiante expostas.

De início, saliento que a matéria atinente à natureza do delito praticado, conforme levantado pelo impetrante, ao referir-se à condição de usuário do paciente, demanda o reexame de fatos e provas, providência incabível em sede de *habeas corpus*, por se tratar de instrumento destinado à proteção de direito demonstrável de plano, que não admite dilação probatória, pelo que deixo de conhecer do presente *writ* no que concerne àquele pedido.

Consoante se depreende da análise dos autos, a prisão cautelar contém suficiente fundamentação, porquanto restou devidamente demonstrada a materialidade do delito pelo auto de apresentação e apreensão (fl. 34) e pelo exame de constatação da substância apreendida (fl. 21), bem assim indícios suficientes de autoria, pelo auto de prisão em flagrante (fls. 13/18) e pelas provas testemunhais produzidas nesta fase inquisitorial (fls. 15/18).

Ademais, o decreto preventivo aponta de maneira concreta a necessidade de garantir a ordem pública, ante a periculosidade do agente, levando em consideração a natureza da droga apreendida (maconha).

Vejamos este excerto jurisprudencial do STJ sobre o que pode ser considerado como "quantidade expressiva de maconha":

" Na espécie, a prisão cautelar foi decretada em razão da prática do delito de tráfico de drogas, sendo certo que com o paciente foram apreendidos 30 (trinta) papérolas de maconha - 65,8g (sessenta e cinco gramas e oito decigramas) - guardados para entrega a consumo de terceiros. Isso determina, nos termos da jurisprudência desta Corte, um maior rigor no exame dos seus requisitos de cabimento. Na análise da legitimidade da prisão preventiva, "o mundo não pode ser colocado entre parênteses. O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser conhecido e valorado para a decretação ou a manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do



Habeas Corpus n.º 0331384-0 – Vara Criminal da Comarca de Arcoverde-PE

crime e de indícios de autoria" (HC n.105.585/SP, Relatora a Ministra Rosa Weber, DJe de 21/8/2012). Desse modo, se as circunstâncias da prática do crime indicam a efetiva periculosidade do agente e a gravidade concreta da conduta, válida a manutenção da custódia cautelar para o resguardo da ordem pública. Precedentes."

Ementa: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. 1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional, e, em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso ordinário. 2. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente em elementos extraídos da conduta perpetrada pelo acusado, demonstrando a necessidade da prisão para garantia da ordem pública. O magistrado, no decreto prisional, analisando os elementos de que dispunha, ressaltou que "o acusado faz do crime um meio de vida" e que está "inserto na prática de tráfico de entorpecentes de maneira habitual e organizada". Enfatizou-se, ainda, a **gravidade in concreto dos fatos, a indicar a periculosidade do paciente, cifrada na significativa quantidade de entorpecentes apreendida (66 pinos de crack), nas dependências de entidade esportiva. 3. Habeas corpus não conhecido.**

Saliento que, de fato, não há nos autos registro de que o paciente responda a outros processos criminais. Contudo, esta circunstância não possui o condão de, por si só, revogar a prisão preventiva, na hipótese de haver nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da medida extrema.

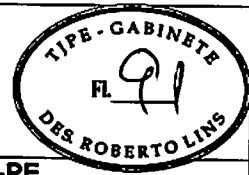
Neste sentido, a Súmula 86 desta Corte¹ e a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

Ementa: RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR MEDIDA DIVERSA. INADEQUAÇÃO / INSUFICIÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 64/STJ. PRECEDENTES. 1. A participação da recorrente em organização criminosa, voltada ao tráfico de drogas, evidencia a dedicação ao delito da espécie, alicerce suficiente para a motivação da garantia

¹ "As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0331384-0 – Vara Criminal da Comarca de Arcoverde-PE

da ordem pública. 2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despidendo o paciente possuir condições pessoais favoráveis. 3. Diante da conclusão de que a demora no encerramento da instrução foi provocada pela defesa, não há como reconhecer o constrangimento ilegal alegado, haja vista os termos da Súmula nº 64/STJ. 4. Recurso em habeas corpus a que se nega provimento, observando que o Juízo processante deverá dar, se o caso, celeridade no julgamento da ação penal. (Quinta Turma; DJe 10/10/2013; RHC 40782 PR 2013/0308567-0; Ministro Moura Ribeiro).

Nestes termos, face à devida fundamentação e à ausência de qualquer fato ensejador de sua revogação, deve ser mantida a custódia preventiva do paciente.

Dispenso-me, assim, de outras considerações, para votar no sentido do conhecimento parcial e **DENEGACÃO** deste *habeas corpus*.

É como voto.


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado